

---

# DESENVOLVIMENTO: DO UNICAMENTE ECONÔMICO AO SUSTENTÁVEL MULTIDIMENSIONAL

---

DEVELOPMENT: FROM THE ONLY ECONOMIC TO THE MULTI-DIMENSIONAL SUSTAINABLE

**Graciela Caroline Gregolin<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/0560817556841509>

**Marcos Roberto Pires Gregolin<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/3509331403099641>

<https://orcid.org/0000-0003-0943-5337>

**Rozane Márcia Triches<sup>3</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/1843468542292101>

<https://orcid.org/0000-0002-4460-4821>

**Wilson João Zonin<sup>4</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/2139762598911476>

Recebido em 2 de abril de 2019

Aceito em 6 de dezembro de 2019

**RESUMO:** A inserção das discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável, tão presentes na atualidade, não se deu de maneira simples e desvinculada de processos históricos carregados de peculiaridades. Retoma-se as primeiras discussões sobre o Desenvolvimento, quando este era a designação de uma simples mudança, de um primeiro estado não adequado para um estado acreditado como superior. Posteriormente, dado os recorrentes fracassos constatados nos projetos de promoção do desenvolvimento, começa a ecoar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual desde sua primeira recitação, até os dias atuais, evoluiu de uma forma tríade até conceitos multidimensionais complexos. O presente artigo tem como objetivo cotejar o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado por Ignacy Sachs, explorando e discutindo os aspectos inerentes as dimensões por ele apresentadas. Ressalta-se a pertinência do conceito, bem como de sua multidimensionalidade, a qual se manifesta, por exemplo, na adoção de uma agenda global para a sua promoção, denominada “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” também conhecida como “Agenda 2030”, cujos resultados perpassam diversas dimensões da vida no planeta.

**Palavras Chave:** Ignacy Sachs; Dimensões; Sustentabilidade.

**ABSTRACT:** *The insertion of the discussions about Sustainable Development, so present today, did not happen in a simple way and disconnected from historical processes loaded with peculiarities. The first*

---

<sup>1</sup> Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Docente da Faculdade de Pato Branco. E-mail: [gracigregolin@hotmail.com](mailto:gracigregolin@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda. Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Especialista em Gestão de Recursos Humanos, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável. Graduando em Agronegócios e Doutorando em Extensão Rural. E-mail: [marcosgregolin@yahoo.com.br](mailto:marcosgregolin@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: [rozane.triches@gmail.com](mailto:rozane.triches@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [wzonin@yahoo.com.br](mailto:wzonin@yahoo.com.br)

*discussions about Development are resumed, when this was the designation of a simple change, of a first state not suitable for a state believed to be superior. Subsequently, given the recurrent failures found in development promotion projects, the concept of Sustainable Development begins to echo, from its first recitation to the present day, evolving from a triad to complex multidimensional concepts. The present article aims to compare the concept of Sustainable Development presented by Ignacy Sachs, exploring and discussing the inherent aspects of the dimensions presented by him. The relevance of the concept as well as its multidimensionality is highlighted, for example, in the adoption of a global agenda for its promotion, called "Sustainable Development Objectives", also known as "Agenda 2030", whose results permeate dimensions of life on the planet.*

**Keywords:** Ignacy Sachs; Dimensions; Sustainability.

## PARA INTRODUIZIR O TEMA

Elementares discussões acerca de uma inovada compreensão de desenvolvimento ocorreram na década de 1970, em vista da percepção de que o modelo de crescimento dominante, praticado na maior parte das sociedades mundiais, apresentava-se limitado (BOFF, 2012).

Nessa época incorporou-se, de modo imperioso, aos debates sobre o desenvolvimento, o aspecto ambiental, o qual, embora já tivesse sido abordado por alguns autores, até então era negligenciado pelas organizações internacionais. Por conseguinte, originou-se o termo eco-desenvolvimento, desdobrando-se na atual denominação de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2008).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente [...] (SACHS, 2009, p. 48).

Dos resultados obtidos nessa primeira iniciativa, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi o mais significativo. Posteriormente, em 1984 realizou-se outra conferência de caráter decisivo, a qual originou a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o lema “Uma agenda global para a mudança” (BOFF, 2012).

À vista disso, em 1987, definiu-se o conceito mais amplamente divulgado de desenvolvimento sustentável, a saber, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações vindouras e sem esgotar os recursos naturais para o futuro (CMMAD, 1988 - Relatório De Brundtland).

No entendimento de Sachs (2008) tal perspectiva,

[...] é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. (SACHS, 2008, p.15)

Compreende-se então que a atenção conferida, inicialmente, somente à problemática ambiental suscitou outra visão de desenvolvimento, a qual agrega, além do ambiente, outros três elementos, a ética, o aspecto social e a viabilidade econômica (SACHS, 2008).

Outros espaços de diálogo sobre o tema foram a Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) no Rio de Janeiro, também conhecida como Cúpula da Terra, a Rio+5 (1997), a Cúpula da Terra sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento (2002) em Joanesburgo, e a Rio+20 realizada em 2012.

Tais eventos, bem como as publicações e relatórios construídos a partir desses, a exemplo da Declaração de Cocoyoc, a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, a Carta da Terra, a Agenda 21, as Metas do Milênio e mais recentemente a Agenda 2030, geraram uma maior consciência na população, e segundo Boff (2012), inclusive para os céticos.

Pactuada em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: transformando o nosso mundo, é composta por 17 objetivos os quais se subdividem em 169 metas, as quais têm foco em cinco áreas, tidas como cruciais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria (quadro 1).

**Quadro 1.** Objetivos do desenvolvimento sustentável por área

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
Objetivo 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de ONU (p. 18, 2015)

Não obstante, vale fazer um parêntese, pois em tempos que o ambiente e a civilização padecem, além de consciência e reflexão sobre o tema, é imprescindível adotar práticas poderias explicitar algumas dessas práticas que verdadeiramente promovam um desenvolvimento sustentável e duradouro. Freitas (2011) corrobora tal argumento:

Para tanto, a sustentabilidade não pode ser considerada tema de ocasião, mas prova viva e robusta de racionalidade dialógica, superior e aberta. O culto manipulador e desenfreado do ego consumista, com os seus fetiches tirânicos ou servis, está dramaticamente em xeque. Só não vê quem não quer. (FREITAS, 2011, p. 30)

Nesse sentido, uma concepção oportuna sobre o desenvolvimento deve ultrapassar a visão meramente econômica. Sen (2010, p. 28) salienta que “sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.”.

A abordagem de Sen (2010), no tocante às liberdades humanas, entusiasmo de modo expressivo os debates concernentes ao desenvolvimento. O autor apresenta a perspectiva do desenvolvimento como promotor das liberdades subjetivas dos indivíduos, as quais envolvem o atendimento concreto de todos os direitos humanos - incluem-se aqui direitos políticos e civis, econômicos e sociais.

Na visão do autor, as liberdades substantivas consistem nas capacidades elementares dos indivíduos - relacionadas aos direitos básicos - como, por exemplo, ter acesso contínuo e permanente ao alimento; ter condições de evitar a subnutrição, a morbidez e a morte prematura; ou ainda liberdades associadas à alfabetização em todos os níveis, à garantia de participação política e a liberdade de expressão, etc., bem como aquelas que os próprios indivíduos desejam e julgam conducentes.

De tal modo, o caminho do desenvolvimento perpassa pela igualdade, equidade e solidariedade, proposições indispensáveis para se distinguir o aspecto econômico (positivo) do desenvolvimento, da economia reducionista (SACHS, 2008).

Em suma, considera-se que o crescimento econômico como objetivo em si mesmo, de fato, não é sinônimo de desenvolvimento, nem tampouco é o objetivo primordial do mesmo. Ou seja, o anseio pelos resultados financeiros deve vir acompanhado de outras premissas, as quais, em termos estatísticos e numéricos, não podem ser mensuradas (esse talvez seja um dos complexos dilemas a ser superado na atual conjuntura holística de desenvolvimento).

Partindo do pressuposto de Daly (2004) uma das grandes diferenciações que podem ser feitas entre o crescimento e o desenvolvimento está em admitir que crescer está vinculado a mudar de tamanho, para mais e por meio de adições, ao passo que desenvolver está diretamente relacionado com a realização de um arranjo mais eficiente, que proporcione mudanças qualitativas no sistema.

Casado, Navarro e Gusman (2000) dão conta de que o desenvolvimento é a ampliação das potencialidades, sejam biológicas ou socioculturais, as quais podem ser observadas de maneira qualitativa (questões energéticas) ou quantitativa (crescimento). De acordo com Esteve (2000) Lewis, Baran e Rostow, estabeleceram um ponto de intersecção na medida em que concebiam o desenvolvimento como um *status* fulcreado pelo crescimento econômico. Esteve vai mais além em sua reflexão e nos leva ao questionamento de que o estabelecimento da economia como chave para o desenvolvimento nega o papel de outra e qualquer forma de reprodução social como autêntica, ou seja, o que está no mercado é tido como bom o que não esta deve ser levado a ingressar.

Outrossim, Leff (2010) infere que para se alcançar o desenvolvimento com bases sustentáveis, é necessário um processo de desconstrução da ideologia e da racionalidade do modelo atual de produção, para então abrir caminhos a uma sociedade edificada na produtividade ecológica, na diversidade cultural, na democracia e na diferença.

Ademais, segundo Freitas (2011):

Para sair da rotina insana, a presente sociedade do conhecimento terá de se tornar uma sociedade do autoconhecimento. Somente assim experimentará chances objetivas de fazer frente à gravidade dessas múltiplas crises que interagem entre si. Crise do aquecimento global, do ar irrespirável, da desigualdade brutal de renda, da favelização incontida, da tributação regressiva e indireta, da escassez de democracia participativa, das doenças facilmente evitáveis, da falta de paternidade consciente, do stress hídrico, da queimada criminosa, assim por diante. (FREITAS, 2011, p. 27)

Por deveras, evidencia-se o papel da sociedade, como parte integrante e ativa na concretização do desenvolvimento, pois considerando as múltiplas crises citadas acima, se torna evidente que as sequelas causadas pelo modelo injusto, que aumentou o abismo que separa o centro das periferias (AMIN, 1973; CARDOSO, 1993) e insustentável de “progresso” às civilizações extrapolam a esfera ambiental, de modo a atingirem aspectos mais profundos da sociedade, os quais somente uma civilização detenta de legitimidade, conhecimento, informações e autonomia(decolonial) poderá superar.

Destarte, merece a designação de desenvolvimento sustentável, aquele que, concomitantemente e em mesmo nível, promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa.

## **A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Diante dos conceitos e reflexões supracitados, no que tange às transformações e avanços ocorridos sobre a compreensão de desenvolvimento, é manifesto a múltipla dimensão do desenvolvimento sustentável para a reconstrução e transformação da sociedade contemporânea.

Assim sendo, discorre-se sobre os critérios e os caminhos para alcançar a sustentabilidade apresentados por Sachs (2009). O autor apresenta, metodicamente, as seguintes dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, econômica e política.

Teoricamente, ao se reconhecer a amplitude de cada uma delas, buscou-se abordá-las individualmente, para não incorrer de minimizá-las ou de olvidar pontos de intersecção com o presente estudo. Contudo, tomando nota de que na prática, as dimensões não se apresentam isoladamente, é inevitável que em determinados momentos sejam tratadas de maneira híbrida, podendo mesclar aspectos de duas ou mais dimensões.

## **A DIMENSÃO SOCIAL**

Os gargalos que precisam ser superados na presente esfera são, mormente, a desigualdade social, a má distribuição de renda, a escassez de trabalho e a falta de acesso a recursos e ser-



viços públicos (SACHS, 2009).

Nesse cenário, a fome, cuja incidência põe em risco e assola parcela significativa da população, cerca de 815 milhões de pessoas no mundo (FAO, 2018), surge como uma das principais consequências de um modelo míope e desumano de desenvolvimento e passa a figurar de modo imperativo nas pautas sócio-políticas.

No presente contexto, fazendo jus ao pioneirismo nesse tema, vale mencionar que até a década de 1930 a fome era abordada, unicamente, sob o aspecto fisiológico, contudo Josué de Castro (1952) apresenta essa como uma problemática de origem social e política.

Para o autor, a fome estava intrinsecamente atrelada à desigualdade social e à concentração de renda, o que por sua vez, submetia o povo à marginalização. Para tanto, ressaltava a necessidade de políticas públicas voltadas à produção, distribuição e ao acesso de alimentos.

O olhar naturalista de Josué de Castro não é apenas um patrimônio da história das ciências sociais brasileiras, materializado num de seus livros mais brilhantes, *Geografia da Fome*. Muito mais que isso, ele ajuda a enfrentar o mais importante desafio do pensamento contemporâneo: como transformar os padrões de produção e consumo tornando-os compatíveis com preceitos básicos de ética e equidade e, sobretudo, com a urgência de uma nova relação entre sociedade e natureza. Esse desafio vai muito além da formulação dos problemas alimentares e refere-se ao próprio cerne do processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2008, p. 2708).

Passados quase um século, apesar dos avanços ocorridos, a sociedade ainda depara-se com um cenário inquietante, visto que, embora o desenvolvimento capitalista tenha se mostrado eficiente e progressivo na sua capacidade de acumulação de riquezas, de inovação e de exacerbação do consumo - e seja, illogicamente, admirado e apoiado por muitos - as mazelas sociais acarretadas são do mesmo modo progressivas e, sobretudo, árduas de reparar.

Nesse sentido, de acordo com Freitas (2011):

Precisamente, na dimensão social da sustentabilidade, avultam os direitos fundamentais sociais, com os correspondentes programas relacionados à saúde, à educação e à segurança (serviços públicos por excelência), que precisam obrigatoriamente ser universalizados com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de gestão (pública e privada) ser autofágico, ou seja insustentável (FREITAS, 2011, p. 56).

Tal menção reforça a responsabilidade do Estado em promover e garantir a estabilidade social e os direitos humanos plenos, haja vista que em uma nação como a nossa, espera-se no mínimo que houvesse seu empenho para mitigar ou até disimar as incoerências do sistema vigente, promovendo acesso aos bens públicos para todos os cidadãos; contudo, as políticas públicas já concebidas, bem como as vindouras, não devem cair na insuficiência ou na inércia, isso posto, salienta-se a necessidade de uma articulação política intersetorial e eficiente.

## A DIMENSÃO CULTURAL

A cultura, na sua capacidade de unir as pessoas, cada qual com sua especificidade, em um ideal coletivo comum, figura-se como um forte elo social na promoção do novo paradigma de desenvolvimento.

La cultura popular local simboliza al hombre y su entorno, un tipo de conciencia y de materialidad social. Su valorización permite fortalecer la individualidad y la autoestima frente al mundo y da sentido a las comunidades humanas, en la búsqueda del desarrollo de la propia creatividad y conforme con sus valores. O sea, la mejor ayuda para la liberación de un Pueblo es la que se dirige a la conservación y recuperación de su identidad y de su cultura, porque las culturas autónomas tienen potencialidades capaces de revitalizar las sociedades (MARTÍN, 2002, p. 07).

Nesse sentido, a cultura direciona os indivíduos em suas decisões e ações, das quais estimam realizar, conforme seus valores, e desse modo contribui para revitalização das sociedades, reforçando a individualidade e a autoestima das comunidades.

Contudo, a cultura das nações, na sua diversidade natural e legítima - tanto em âmbito macro, como na esfera local - está sendo substancialmente minimizada perante a abordagem unidimensional e reducionista do desenvolvimento econômico. Um exemplo desse fato pode ser visualizado no setor agrícola, que em nome da “expansão” econômica, suplanta aspectos culturais e tradicionais de populações, arraigados por séculos no “saber como fazer”, passando de gerações para gerações, por culturas exógenas, visualizando unicamente o atendimento de um mercado que sequer sabe algo do chão onde esse produto está sendo cultivado.

Diante desse fato, Sen (2010, p. 310) alerta que “no caso da cultura, porém, as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo sentimento de perda”, contudo, o autor ressalta que diante do binômio tradição e modernização, a sociedade em suas diversas frações, e não apenas a fatia privilegiada, tem o direito de escolher o que deseja preservar e o que consente desaparecer.

Nessa racionalidade, evidencia-se que a avalanche tecnológica, não substitui e nem tampouco serve de consolo para as sociedades que se sentem abaladas culturalmente - se não disseminadas - como os defensores da modernização desenfreada comumente alardeiam. Aliás, grande parte dos produtos do desenvolvimento tecnológico está disponível a uma parcela ínfima da população, ou seja, essa justificativa de fato não condiz.

Por ocasião, Hall (1997) já mencionava que a expansão dos potentes meios de comunicação transacionais, bem como das tecnologias de informação e comunicação, e, por conseguinte, o estreitamento da relação espaço-tempo tem ocasionado um processo de homogeneização cultural, ou de modo mais simplista, a denominada globalização.

Além disso, a ascensão e a presunção do caráter universal da ciência no decorrer do tempo, também desconsideram a cultura e contribuem expressivamente para o processo de homogeneização cultural.

A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural (LEFF, 2010, p. 97).

A reflexão supracitada aponta outra importante perspectiva na presente discussão, no momento em que insere a interface entre ecologia e o desenvolvimento cultural, ou seja, nesse pensamento a cultura é sobretudo uma coevolução da relação homem-natureza.

Além disso, é oportuno ressaltar o papel da cultura na construção da própria identidade e da compreensão do homem como um ator social (HALL, 1997). No contexto do desenvolvimento, infere-se que um ser autêntico, atuará como parte integrante e ativa, haja vista que

possui elementos suficientemente consolidados para interagir nesse processo; em contrapartida, um indivíduo alheio a si mesmo, o qual não criou sua própria identidade, será meramente um beneficiário passivo do “desenvolvimento”.

Diante disso, segundo Sachs (2009), está o desafio de conciliar a inovação e a tradição; e construir um planejamento nacional, interno, integrado e autoconfiante de desenvolvimento, o qual, simultaneamente, esteja aberto à interação mundial.

Com propriedade Sen (2010) assegura que:

Na verdade, é possível afirmar que há mais inter-relações e mais influências culturais mútuas no mundo do que normalmente reconhecem aqueles que se alarmam com a perspectiva da subversão cultural. Os que receiam pelas culturas frequentemente veem nelas grande fragilidade e tendem a subestimar nosso poder de aprender coisas de outros lugares sem sermos assoberbados pela experiência. A retórica da “tradição nacional” pode contribuir para ocultar a história de influências externas de tradições diferentes (SEN, 2010, p. 311).

Por fim, entende-se que há espaço ao “novo” e às relações internacionais, bem como admite-se o papel desses na promoção do desenvolvimento íntegro e perene, ou seja, há que se desmistificar a ideia (errônea) de que o desenvolvimento sustentável é concebido acerca de bases obsoletas e intransigentes, no que se refere à modernização e interação com o mundo. Contudo, a inovação e a abertura ao mundo, não podem (e não devem) sobrepor o saber popular, as tradições, os costumes e a identidade de um povo.

## A DIMENSÃO AMBIENTAL

O colapso ambiental, vivenciado presentemente, nos mais diversos níveis (crise hídrica, poluição do ar urbano, erosão dos solos, perda da biodiversidade, variações e desastres climáticos, aquecimento global, etc.), é por deveras, produto do desenvolvimento econômico mecanicista, o qual, na perspectiva de um desenvolvimento pluridimensional, mostra-se insatisfatório.

Outrossim, vale evidenciar que a ciência, na pretensão de tornar o mundo objetivo, material e controlável, falhou drasticamente, de tal modo que os resultados são os desastres ecológicos e a degradação ambiental, os quais manifestam-se na insegurança social, no desequilíbrio ecológico e no aquecimento global (LEFF, 2010).

Assim sendo, compreende-se que a dimensão ambiental, como precursora das discussões concernentes à sustentabilidade, carrega em seu âmago as demais nuances do desenvolvimento sustentável. Nessa conjuntura, para conferir a devida atenção ao meio ambiente, há que se ponderar uma nova forma de integrar o meio em que se vive, e usufruir dos serviços e bens que a natureza nos proporciona.

A transição para a sustentabilidade não é o desenvolvimento de uma história natural ou o desdobramento de uma essência ecológica do mundo, mas a abertura para uma alternativa social; e isso impõe desmontar a racionalidade econômica instrumental orientada para a gestão dos serviços e o risco ecológico, para construir uma racionalidade ambiental fundada nos potenciais ecológicos; nas identidades, nos saberes e nas racionalidades que dão lugar à criação do outro, da diversidade e da diferença para além das tendências dominantes, objetivadas na realidade que se encerra sobre si mesma em um suposto fim da história (LEFF, 2010, p. 76).



O argumento anterior, ao incorporar a reflexão de uma “racionalidade ambiental”, faz menção à amplitude do aspecto ambiental na concretização da sustentabilidade, pois, resumidamente, expressa a ideia de que o presente critério é composto pela diversidade ecológica, bem como pela diversidade sociocultural humana, haja vista que ambas estão inseridas em um meio comum. Além disso, evidencia que, é imprescindível, simultaneamente, preservá-las e valorizá-las, perante o aspecto econômico.

Por derradeiro, conforme Sachs (2009, p. 32), se houver a consciência de que qualquer atividade econômica está fundamentalmente consolidada no meio ambiente, não haverá como prejudicá-lo, nem tampouco depredar sua diversidade.

## A DIMENSÃO TERRITORIAL

A dimensão territorial tem sido escopo de inúmeras políticas e estratégias de desenvolvimento, contudo, segundo Leroy (1997), a abordagem voltada unicamente à escala geográfica, na busca de uma melhor facilidade de articulação e de acompanhamento dos resultados, é uma visão deturpada do que, legitimamente, significa desenvolvimento territorial, e de fato, ainda é produto do modelo de desenvolvimento unívoco, restrito ao capital.

Entretanto, conforme Saquet (2007), um território é caracterizado como uma pluralidade de sujeitos e atividades que se relacionam entre si com o lugar e com o tempo. “O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica e em diferentes lugares.” (SAQUET, 2007, p. 113).

Nesse sentido, o território extrapola a noção de limites geográficos; é, sobretudo, um processo dinâmico e complexo, fundamentado pela interação e organização de diversos elementos (i)materiais. Os elementos materiais podem ser compreendidos pelos processos e componentes concretos, como economia, produção, consumo; e o imaterial envolto pelos aspectos cultural, ideológico, simbólico, identitário e natural (SAQUET e GALVÃO, 2009).

O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata *no* e *do* território que precisa ser abstraída. (SAQUET, 2007, p. 73)

Valendo-se de tal reflexão, é compreensível que o desenvolvimento, voltado à dimensão local, deva pautar-se na observação de cada elemento que compõe o território, e, especialmente, como se dão as suas inter-relações. Ou seja, o espaço, as pessoas que nele vivem, as suas origens, a cultura (individual e coletiva), e o tempo (pretérito e atual), devem ser considerados em suas distintas condições.

Outrossim, ressalta-se que ao se mencionar o termo “local”, está se referindo à gama de inter-relações cotidianas dos sujeitos, que constroem sua identidade sobre uma base territorial, a qual é entendida como o espaço das representações e das práticas humanas, e local onde se encontram os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (MARTÍN, 1999).

Nesse sentido, as estratégias apresentadas por Sachs (2009) no que tange à dimensão territorial, referem-se, entre outras, principalmente à necessidade de equilíbrio entre o espaço urbano e rural.

No Brasil, o conceito oficial de rural e urbano está relacionado a um critério político-

administrativo, em que o urbano trata-se de “áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas” e o rural “abrange toda a área situada fora desses limites” (IBGE, 2015, p. 11). Deste modo, o espaço rural torna-se alheio às suas funções e características, sendo visualizado somente a partir de carências (MARQUES, 2002), configurando-se apenas o “resto do urbano”. Veiga (2002) por sua sementeia profícuas discussões sobre tais critérios que distinguem o rural e o urbano, citando exemplos de casos em que, mensurados pelo critério político-administrativo-legal, pequenos povoados ou até indígenas seriam considerados residentes urbanos. De fato, essa discussão não seria passível de encerramento aqui, contudo, desejamos cumprir o papel de descortinar esse antagonismo protagonizado por acadêmicos, que defendem a necessidade de observância demográfica e funcional, e “manuais” político-administrativos, geralmente forjados em vésperas de levantamentos censitários.

Além disso, a distinção teórica existente entre campo-cidade e rural-urbano, é apontada por Biazzo (2008) quando o mesmo infere que “campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem”, enquanto urbano e rural “são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade.” (BIAZZO, 2008, p. 144). No entanto, não é possível compreendê-los de forma dissociada, haja vista que não existem isoladamente (LOPES e HENRIQUE, 2010).

Diante desse arcabouço de considerações, conceitos e elementos em constante transformação, compreende-se que a dimensão territorial é extremamente complexa e ampla. Desse modo, configura-se como um grande desafio à gestão pública no que tange ao planejamento, elaboração e execução de políticas, estratégias e ações, que tenham como objetivo o desenvolvimento local sustentável e pluridimensional, e, por conseguinte, reaproxime o espaço rural e urbano, os quais, embora compreendam significações e características distintas, não devem ser considerados como oposição, e sim híbridos e complementares, haja vista que ambos se correlacionam e coexistem de tal forma que não há um sem o outro.

## A DIMENSÃO ECONÔMICA

Inicialmente, no que se refere à relação do desenvolvimento e da economia, vale citar a seguinte reflexão de Sachs (2004, p. 367): “Em vez de tratá-lo como um apêndice do planejamento econômico, devemos inverter esta relação: o econômico é apenas uma das dimensões, por importante que seja, do desenvolvimento”.

A economia considera e avalia o desenvolvimento a partir de parâmetros e dados estatísticos, tais como crescimento econômico, criação de mercados e competitividade; entretanto, como já mencionado, o desenvolvimento não se reduz a esses aspectos; “a qualidade de vida, a inclusão social, o respeito à cultura e à identidade locais fazem parte do verdadeiro desenvolvimento” (PERISSATO, 2009, p. 111).

Contemplando os argumentos dispostos até então, é evidente que a economia não é primazia na promoção do desenvolvimento sustentável, contudo admite-se o papel da mesma nesse processo. Todavia, é necessário desconstruir a concepção de desenvolvimento, reconhecida pelo setor econômico, e reelaborá-lo na perspectiva da sustentabilidade.

Na prática, Sachs (2009) discorre sobre a necessidade de um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, o qual promova segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável condição de autonomia na pesquisa cientí-

fica e tecnológica, e inclusão soberana na economia internacional.

Tais ações são significativamente importantes para conceder a todos os setores da sociedade, sem distinção de qualquer natureza, determinado grau de autossuficiência, de modo que a mesma não necessite submeter-se a imposições exógenas arbitrárias em busca da sua sobrevivência econômica e social.

Consoante com o presente contexto, Freitas (2011) salienta que:

*Dimensão econômica*, no sentido de que se faz essencial saber praticar a pertinente ponderação, o adequado “*trade-off*” entre eficiência e equidade, ou seja, indispensável escolher e praticar as grandes e pequenas políticas econômicas sustentáveis. O consumo e a produção precisam ser reestruturados, completamente, segundo essa diretriz (FREITAS, 2011, p. 62).

Nesse viés, compreende-se que a eficácia econômica (maior crescimento) deve estar acompanhada de igualdade social (melhor distribuição de renda). Outrossim, a economia baseada na sustentabilidade advém, prioritariamente, de uma mudança no padrão de produção e de consumo - inclui-se aqui a participação e intervenção de toda sociedade - pois redireciona as práticas e decisões no setor econômico.

Ademais, para Sen (2010) um planejamento econômico consolidado, o qual combata a globalização do comércio e das economias, é determinante para evitar prejuízos na dimensão cultural, haja vista que a mesma está substancialmente ameaçada devido à modernização tecnológica e científica, a qual confere às forças externas uma vantagem economicamente competitiva.

Por fim, é manifesto que o desenvolvimento econômico não deveria voltar-se unicamente aos aspectos financeiros, o qual coloca em vantagem uma estreita parcela da população, deixando grande parte desassistida. Ao contrário, é imprescindível utilizar o potencial econômico, tecnológico e científico disponível, em prol de toda a comunidade, e não apenas para financiar os interesses da minoria.

## A DIMENSÃO POLÍTICA

Finalmente, o aspecto político envolve uma gama de estratégias e ações de cunho governamental, tais como, a promoção da democracia, como meio de apropriação dos direitos humanos; um razoável grau de coesão social; e, essencialmente, a capacidade de articulação do Estado na implementação de um projeto nacional (SACHS, 2009).

Um projeto nacional que resulte de um planejamento estratégico, flexível, onde não são os objetivos quantitativos que dominam. Planejamento contextual, onde não se atua diretamente sobre o objetivo, e sim cria-se condições que empurram os atores para determinadas direções. Planejamento negociado, onde o Estado, os empresários, os trabalhadores e a sociedade civil sentam à mesa. Planejamento pactuado, onde se chega à contratualização dos objetivos e das obrigações dos diferentes parceiros. O aprimoramento dos métodos de planejamento do desenvolvimento é uma das grandes tarefas das ciências sociais. (SACHS, 2004, p. 367).

Desse modo, confere-se à dimensão política um papel central na realização do desenvolvimento pluridimensional, pois a partir de uma articulação política intersetorial flexível, porém íntegra e bem direcionada, a qual envolva toda a sociedade e, democraticamente conceda voz aos atores sociais do desenvolvimento, emergem as ações que atendem em plenitude

aos aspectos social, cultural, ambiental, territorial e econômico.

Além disso, no entendimento de Freitas (2011, p. 63) “a busca da sustentabilidade é um direito e encontrá-la é um dever constitucional inalienável e intangível de reconhecimento da liberdade de cada cidadão [...]”, ou seja, desfrutar da sustentabilidade traduz-se como garantia de qualidade de vida e apropriação dos direitos humanos (bem-estar, saúde, alimentação, educação, serviços públicos, etc.), de tal modo que promovê-la é responsabilidade do Estado, mediante políticas públicas que possibilite a todos(as) alcançar uma vida digna e segura.

Outrossim, a abordagem política voltada à democracia e participação social, permite reconhecer os valores socioculturais, os quais podem direcionar os anseios e decisões que as pessoas adotam, e por certo satisfazem-se ao realizar (SEN, 2010).

Nessa perspectiva, a atuação do poder público - as políticas e programas voltados à promoção do desenvolvimento sustentável - cuja gênese está fundamentada na participação e controle social, certamente, obtém maior sucesso, no sentido de que a colaboração dos indivíduos na construção das mesmas os faz sentirem-se parte do todo, pois as ações e atividades propostas não serão impositivas, e sim construídas de maneira participativa e democrática.

Assim, diante de tais ponderações, reforça-se a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável, bem como, conforme citado no início da presente seção, fica evidente a permeabilidade das dimensões, de modo que todas elas são, concomitantemente, causa e efeito na dialética da sustentabilidade.

## O QUE OUSAMOS CONCLUIR?

Tendo por base as leituras empreendidas na realização deste trabalho, pode-se concluir que ao longo do tempo o conceito de desenvolvimento foi se transformando, muito em função das diversas críticas que lhe foram realizadas, acabando por resultar no conceito de desenvolvimento sustentável. O Desenvolvimento Sustentável por sua vez também acabou, com o passar do tempo, sendo revisto e reelaborado. As dimensões propostas por Ignacy Sachs acabaram por dotar o conceito de maior enraizamento social, cobrindo assim uma gama maior de aspectos da vida humana e do planeta.

Ao se observar a agenda 2030, proposta pela ONU e ratificada por todos os estados membros da organização, nota-se que os 17 objetivos dialogam fortemente com a dimensão social, sendo na sequência com a dimensão ambiental e em terceiro lugar com a dimensão econômica. A dimensão territorial, de acordo com o nosso olhar, acabou por ter pouca relação com os 17 objetivos ao passo que a dimensão cultural não nos pareceu diretamente “inspiradora” de nenhum ODS. Tal situação pode ser instigadora de novos estudos que queiram pormenorizar os constructos inspiradores dessa carta de intenções.

Sobre a dimensão política salienta-se que um dos ODS está explicitamente vinculado a ela, contudo ela é transversal a implementação de toda a agenda, haja vista a necessidade de esforços das nações, posterior a ratificação envia esforços para a sua consecução.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, 2008.
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo**

**periférico.** São Paulo: Forense-Universitária, 1973.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 4º, 2008, São Paulo.

**Anais eletrônicos...** São Paulo: ENGRUP, 2008. p. 132-150. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf)>. Acesso em: 24 de Mai. 2014

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é – O que não é. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 200.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CASADO, Gloria Guzmán; NAVARRO, Manuel González de Molina; GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome,** Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** 2ª ed. Tradução de Our common future. 1. ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 24 ago. 2013.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & sociedade**, v. 7, n. 2, p. 197-202, 2004.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutricion en el mundo.** Roma: FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018

FREITAS, Juares. **Sustentabilidade: Direito ao futuro.** 1 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth (Org.). **Media and Cultural Regulation.** 1 ed. Inglaterra: SAGE Publications Ltd., 1997. Tradução Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Publicado em *Educação & Realidade* com a autorização do autor.

Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. 2015.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: 30 nov. de 2019.

LEFF, Henrique. **Discursos Sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010. 293 p.

LEROY, Jean-Pierre. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra.** São Paulo: Paulus, 1997.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110)>. Acesso em: 24 de Mai. 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19 p. 95-112 jul./dez., 2002

MARTÍN, José Carpio. Desarrollo local en los espacios rurales. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 1-12, 2002.

MARTÍN, José Carpio. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015.

PERISSATO, Emília B. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná:** disparidades estruturais e impactos. Maringá: UEM, 2009

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009,



95 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**; includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 151 p.

SACHS, Ignacy. Experiências internacionais de um cientista inquieto: Entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18 n. 52, set./dez., 2004, p. 353-372

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002